

Editorial

Prezados amigos, autores, avaliadores e demais colegas, é com enorme satisfação que chegamos a mais um número da ABET.

Para coroar o ano de 2015, período pelo qual o periódico passou por expressiva internacionalização, mormente na América Latina, haja vista ter recebido relevantes trabalhos de pesquisadores mexicanos, venezuelanos e argentinos, a revista consolida-se como uma publicação quadrimestral.

Tais esforços de expansão implicaram, necessariamente, em um compromisso da ABET em manter sua dedicação em publicar trabalhos originais, oriundos de rigorosos e competentes pesquisadores da área do turismo e campos afins. E, ao final de 2015, nota-se que, juntamente, à expansão quantitativa de trabalhos, vislumbra-se, também, um profícuo e enriquecedor horizonte concernente à qualidade dos trabalhos.

Para marcar, portanto, essa consolidação, a ABET optou por publicar um dossiê temático sobre *Turismo de Base Comunitária*, por meio de um *fast track* realizado em parceria com a Comissão Científica do XIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local, mediante rígidos pareceres dessa Comissão, sobre os artigos que mais se destacaram seja pelo rigor metodológico, seja pela densidade do debate teórico, ou ainda, pelo impacto social de suas discussões. Tal intento evidencia não só outro compromisso do periódico, que é de estar em constante sintonia com pesquisadores que participam de relevantes eventos científicos, sobretudo latino-americanos, como também fomentar que a efetivação do fazer científico no turismo esteja vinculada, quando possível, a possibilidades efetivas de transformação social da realidade.

O XIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local foi realizado entre os dias 10 a 13 de novembro de 2014, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esse encontro bianual, contou com aproximadamente 280 congressistas, com 91 trabalhos acadêmicos, dos quais 76 deles oriundos da categoria “pós-graduação”. Desses, oito foram obtiveram altas notas e recomendações oriundas das avaliações por pares, justificando, assim, sua publicação nesse número especial da revista, praticamente destinado a publicizar pesquisas oriundas do congresso supracitado.

O primeiro trabalho deste número, intitulado O “Espaço turístico a partir da multiescalaridade territorial: complexidade e sistematização conceitual”, de Daniel Hauer Queiroz Telles e Vander Valduga, traçam uma densa discussão teórica em torno da categoria de análise “espaço turístico”. Tomando como preocupação a relação existente entre a Geografia e o Turismo, os investigadores, embora constatem ser o “espaço turístico” uma plataforma recorrente nos estudos concernentes a essas duas áreas

do conhecimento, defendem o avanço epistemológico quanto à compreensão desse sintagma. Assim, ao trazer à baila as noções de multidimensionalidade territorial e multiescalaridade, para, posteriormente, sistematizar e desconstruir o “espaço turístico”, opta-se, em seguida, em adotar a multiescalaridade como ponto de partida para uma melhor compreensão dessa categoria. Portanto, após pormenorizado confronto e análise dos termos associados ao “espaço turístico”, eis que o mesmo, tal como se observa no trabalho, deva ser considerado em consonância com a instância social, jamais se afastando desse aspecto, bem como considera-lo um subsistema do espaço geográfico, não como uma categoria única e autônoma, mas sim perpassada por outras variáveis inerentes ao espaço geográfico. Por último, a consideração de que o espaço aplicado ao turismo, concepção usualmente vinculada ao “espaço turístico”, deva ser tida antes como uma categoria utilizada para fins de planejamento turístico, porém, sem jamais considera-la algo exclusivo ao Turismo.

Já o artigo “Turismo comunitário em terras indígenas no estado do Acre: a experiência do festival de cultura indígena Yawanawá, de Dermeson de Sousa Lima e Luzia Neide Coriolano se pauta no esforço acadêmico dos pesquisadores em relatar experiências do turismo comunitário na Terra Indígena do entorno do Rio Gregório, na cidade de Tarauacá-AC, mormente ao capturar de debater os efeitos da realização do Festival de Cultura Indígena Yawanawá. A partir de um minucioso debate acerca de diferentes possibilidades de turismo passíveis de serem vivenciadas em aldeias ameríndias, bem como a partir de método etnográfico de pesquisa, os autores não apenas elencam os desafios para a consolidação do turismo em Territórios Indígenas do Acre, como, também, consideram que a articulação solidária dos povos indígenas em torno de diferentes ações que visam evidenciar sua cultura oportunizam a prática de um turismo profundamente comprometido com a cultura local, com as formas tradicionais de vida e com respeito as singularidades étnicas dessas populações.

O terceiro artigo, “Turismo comunitário e inclusão social: análise do roteiro turístico de base comunitária do projeto boas práticas na Serra do Brigadeiro – MG/Brasil”, de Werter Valentim de Moraes e Magnus Luiz Emmendoerfer, ao se efetivar mediante uma pesquisa-ação, problematiza os desafios das comunidades anfitriãs ligadas ao turismo de base comunitária (TBC) para receberem os visitantes, especialmente ao lançar luz sobre os termos pelos quais o Núcleo de Turismo de base comunitária do Boné recebe turistas. Assim, a pesquisa, ao acompanhar, como um grupo de visitantes de Belo Horizonte/MG se relaciona com atrativos e equipamentos turísticos da região, em um roteiro elaborado por um dos cinco núcleos de Turismo de Base Comunitária existentes no Território da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais, ação essa que contou com a participação dos próprios moradores, nota-se que houve uma boa avaliação por parte dos visitantes, mormente no que tange

ao conhecimento e a solicitude dos anfitriões em relação às demandas dos turistas. Ademais, se notou a vivência, ao longo do percurso, de pilares do turismo de base comunitária, tais como: a coexistência dessa modalidade do turismo com outras atividades econômicas tradicionais, a solidariedade, o controle participativo e colaborativo entre os membros do Núcleo.

“O turismo de base comunitária como alternativa de desenvolvimento local: o caso de Curuçá – Pará, de Liana Souza Freire e Helena Catão Henriques Ferreira, por intermédio de uma metodologia qualitativa, que contemplou observação direta e análise em profundidade, debate as possibilidades do Turismo de Base Comunitária (TBC) ser, de fato, um indutor do desenvolvimento sustentável da comunidade paraense de Curuçá. Além de estar imersa em conflitos socioambientais, e conter em sua área de abrangência uma reserva extrativista, há, em curso, um conjunto de iniciativas para estímulo e valorização da cultura local. O trabalho tem ainda o mérito de desvelar os problemas e obstáculos que agentes que visam desenvolver o turismo de base comunitária no município se deparam, como o baixo nível de escolaridade, a falta de profissionalismo na organização da atividade turística, o baixo nível de remuneração em decorrência do turismo e falta de uma cultura solidária e de cooperação dentre as comunidades selecionadas para fazerem parte de projetos-piloto de turismo de base comunitária em povoados da cidade.

Já o artigo “Envolvimento das comunidades locais nas políticas de uso público em áreas protegidas no Estado de São Paulo”, de Fabricio Scarpeta Matheus e Sidnei Raimundo, pautado agora sobretudo na técnica de análise de conteúdo, busca ampliar o debate sobre como as políticas públicas do Estado de São têm contemplado a participação das comunidades locais, a conservação do meio ambiente e a conscientização ambiental de visitantes em áreas protegidas de uso público do Estado. Mediante apurada prospecção e análise de instrumentos jurídicos paulistas e federais, os autores detectam haver, nesse aparato legal, ênfase no viés da conservação ambiental em detrimento da participação das comunidades locais e da conscientização ambiental de visitantes. Além disso, a pesquisa explora a recorrência de expressões que evidenciam um apelo dessas unidades de conservação ao turismo, em detrimento de práticas usuais da população do entorno, como a recreação, salientando, portanto, um apelo a um público potencialmente exógeno à área de vigência da Unidade de Conservação. Por último e não menos importante, há a percepção de que o aparato jurídico vigente para Unidades de Conservação de uso público se encontram em processo de atualização, trazendo à baila a importância estratégica do ecoturismo como estratégia de conservação, a despeito dos eminentes riscos acarretados pela tendência do poder público estadual ao terceirizar a gestão desses territórios no Estado de São Paulo.

O sexto trabalho dessa coletânea, “Planejamento e desenvolvimento local do turismo: um estudo sobre

ferrovia, turismo e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro”, de Carla Fraga e Eloise Botelho desencadeiam a reflexão acerca do papel do modal ferroviário em unidades de conservação fluminenses. Ao recuperar não só o histórico do Estado do Rio de Janeiro em relação ao tema ferroviário, mas também identificar como a ferrovia tem sido concebida para fins turísticos no Rio de Janeiro, as autoras vislumbram a possibilidade de otimizar a gestão dessas iniciativas. A despeito de haver, no Rio de Janeiro, iniciativas historicamente reconhecidas de êxito no que tange ao uso da ferrovia para fins turísticos, como no Parque Nacional da Tijuca, as autoras defendem o aperfeiçoamento da operacionalização dessas iniciativas, propondo ações, como a gestão compartilhada de iniciativas passíveis de serem vinculadas, maior participação de entes ligados à ferrovia na cobrança da implementação de políticas públicas de turismo, bem como a elaboração de roteiros capazes de otimizar o produto ferroviário existente em dadas localidades.

O papel da hospitalidade e sua correlação com a interpretação do patrimônio. Eis o tema oriundo da contribuição de Lélío Galdino Rosa e Isabela de Fátima Fogaça. A partir do trabalho “Hospitalidade e interpretação turística: relações com a comunidade local”, uma profícua e inovadora discussão oportuniza ao leitor mensurar como a hospitalidade pode ter um peso determinante para a satisfação do turista, bem como para uma experiência turística mais enriquecedora, na medida em que, mediante maior contato entre visitantes e anfitriões, um maior conhecimento da cultura local é passível de ser obtido. Ademais, os autores retomam autores clássicos no que tange ao debate sobre a interpretação do patrimônio, (re) problematizando os desafios e as possibilidades que essa prática de mediação cultural fomenta para o turismo.

E, para coroar este número, a instigante investigação de João Alcântara de Freitas, intitulada “Pensando em uma Antropologia do consumo do turismo”, em que o pesquisador fluminense, a partir da teoria concernente a um modelo de estrutura e movimentação do significado cultural de McCracken, debate, dentre outras proposições, as ressignificações simbólicas assumidas pelo consumo e suas implicações na contemporaneidade, em que o ato de consumir adquire, segundo o autor, um estatuto central nas trocas simbólicas entre sujeitos. Por último, o autor debate em que termos se dá a construção simbólica dos lugares, os sentidos carregados pelas lembrancinhas (souvenires), fotografias e narrativas turísticas, segundo ele, elementos erigidos por uma teia simbólica de significados que ultrapassam sobremedida as dimensões funcionais desses objetos e discursos, trazendo consigo uma complexa rede de representações, muitas delas ligadas à dispositivos de poder e *status*, tal como bem evidenciado ao longo da pesquisa.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Edwaldo Sérgio e Thiago Pimentel
Coeditores da ABET